



ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO NA IMPRENSA PORTUGUESA E BRASILEIRA: uma análise dos casos Face Oculta e Mensalão¹

CORRUPTION SCANDALS IN PORTUGUESE AND BRAZILIAN PRESS: An analysis of Face Oculta and Mensalão cases

Helder Prior², Liziane Soares Guazina³ e Bruno Araújo⁴

Resumo: Os escândalos de corrupção têm assumido particular destaque na agenda pública nos últimos anos. Em parte, isso tem ocorrido devido à forte mediação de denúncias de transgressões relativas ao exercício do poder político, assim como ao próprio *modus operandi* do jornalismo político. Mas quando se inicia propriamente um escândalo na cobertura jornalística sobre denúncias de corrupção? O artigo analisa os momentos iniciais dos escândalos Face Oculta, em Portugal, e Mensalão, no Brasil, a partir da cobertura do *Semanário Sol* e da revista *Veja*, respectivamente. A partir de uma análise de enquadramento, busca-se identificar de que maneira os veículos analisados organizam os acontecimentos e enquadram as narrativas políticas, e verificar as similaridades e diferenças nas interpretações dos escândalos em ambos os casos.

Palavras-Chave: Corrupção. Escândalo Político. Jornalismo Político.

Abstract: Corruption scandals have taken particular emphasis on the public agenda in recent years. In part this has occurred by the strong media coverage of allegations of wrongdoing on exercise of political power, as well as by the *modus operandi* of political journalism. But when starts a scandal in

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

² Investigador de Pós-Doutoramento na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PNPD-CAPE). É Doutor Europeu em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (UBI/2013), investigador integrado do Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (LabCom/UBI), e investigador colaborador do Observatorio Iberoamericano de la Comunicación da Universidade Autònoma de Barcelona. E-mail: helder.prior@gmail.com

³ Professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Mídia e Política e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política, ambos da Universidade de Brasília. E-mail: liziane.g@uol.com.br

⁴ Doutorando em Comunicação na Universidade de Brasília. Mestre em Comunicação pela Universidade de Coimbra. Colaborador do Grupo de Pesquisa Comunicação, Jornalismo e Espaço Público do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura, Mídia e Política e do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política, ambos da Universidade de Brasília. E-mail: brrunoaraujo@gmail.com

the media coverage of allegations of corruption? The article analyzes the initial moments of the scandals called Face Oculta in Portugal and Mensalão in Brazil, from the Semanário Sol and the revista Veja, respectively. From a framing analysis, we aim to identify how both media vehicles organize events and frame political narratives. Besides that, we also verify the similarities and differences in interpretations of scandals in both cases.

Keywords: Corruption. Political Scandal. Political Journalism.

1. Introdução

Quando se inicia propriamente um escândalo na cobertura jornalística sobre denúncias de corrupção? Se os escândalos se referem, segundo Thompson (2000), a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressão, é certo que nem todo tipo de transgressão se converte num escândalo político-mediático. Os escândalos políticos, para Thompson (*Idem*, p. 196), constituem-se quando a transgressão ocorre em relação a normas e leis que regulam o exercício do poder.

Numa altura em que as relações entre os cidadãos e as classes políticas se veem afetadas por uma profunda crise de confiança, o desvelamento de poderes ocultos contribui para afetar o *ethos* da política e a credibilidade das suas instituições. Especialmente nos casos de denúncias de corrupção, é necessário que a transgressão se converta num elemento visível, isto é, se ofereça aos olhos do público, pois é neste momento em que são divulgadas pelos meios de comunicação que se estabelece a possibilidade de constituição de um escândalo nos termos do autor. E, se a problemática da corrupção tem assumido particular destaque na agenda pública nos últimos anos, é em parte devido à forte mediatização de denúncias de transgressões relativas ao exercício do poder político, assim como ao próprio *modus operandi* do jornalismo político.

A partir do momento que os meios de comunicação começam a explorar os acontecimentos, as revelações e explicações que estão na base de um determinado escândalo mediático provocam um conjunto de novas revelações que adensam o debate público e reconfiguram, de modo dinâmico, as interpretações, ao mesmo tempo que consolidam certos enquadramentos explicativos dos acontecimentos. À

medida que se desenvolvem nos meios de comunicação, as histórias narradas adquirem novos contornos e significações, sobretudo porque os jornalistas procurarão obter novos dados que aumentem a complexidade da trama urdida e que atribuam novidade a uma intriga mediática que rapidamente se propaga no espaço público.

Com efeito, neste trabalho procuraremos analisar os momentos iniciais do que se constituiu como escândalo em Portugal e no Brasil, tentando identificar de que forma as publicações *Semanário Sol* e revista *Veja* moldaram os acontecimentos em dois casos específicos: o *Face Oculta* e o *Mensalão*.

Do ponto de vista metodológico, realizamos a análise de enquadramento das matérias publicadas com base em Tuchman (1978), Gitlin (1980) e Entman (1993, 2004), visando identificar as linhas de interpretação de cada publicação. No que diz respeito ao escândalo *Face Oculta*, analisamos nove edições do *Semanário Sol*, publicadas entre 06/11/2009 a 12/02/2010. Para a análise do *Mensalão*, observamos sete edições de *Veja*, publicadas entre 18/05/2005 e 29/06/2005.

Ao compararmos a cobertura de denúncias de corrupção nas duas publicações, pudemos identificar as similaridades e diferenças nas interpretações e na configuração dos contornos iniciais dos escândalos analisados, especialmente no que diz respeito ao papel fundamental das denúncias secundárias para a organização temporal das notícias, o foco em figuras-chave dos respectivos governos e as estratégias de busca de atribuição de responsabilidades pelos casos de corrupção.

No caso específico da revista *Veja*, há de se considerar como a busca pela culpabilização de determinados atores políticos orienta a centralidade da cobertura. No caso do *Semanário Sol*, a narrativa observada permite-nos concluir que o acontecimento se politizou a partir do momento em que as chamadas “transgressões de segunda” ordem foram reveladas. De escândalo eminentemente financeiro, o *Face Oculta* converteu-se num escândalo político tecido, fundamentalmente, através da centralidade da personagem José Sócrates.

2. A cultura do escândalo político

Antes de nos dedicarmos especificamente à análise dos casos mencionados acima, vamos tecer algumas considerações a respeito dos escândalos políticos. Nas

últimas décadas, o escândalo político parece ter-se constituído como uma característica proeminente da vida pública de muitas democracias liberais. Por conseguinte, talvez seja possível falar de uma certa cultura do escândalo político, ou de uma política do escândalo na esfera pública contemporânea.

Porém, apesar da proliferação de escândalos políticos, não é possível dizer que este seja um fenómeno que se possa definir *a priori*. Se, em alguns casos, os escândalos políticos podem revelar casos de *intransparência do poder público*, publicizando situações de corrupção e desvios no exercício do poder político, em outros casos aquilo que sobressai é o papel dos meios de comunicação no desvelamento, publicização e configuração de um acontecimento que se reconfigura em escândalo pelo próprio trabalho inerente ao jornalismo. De fato, os escândalos desenvolvem-se nos meios de comunicação, e as atividades próprias dos profissionais do campo do jornalismo, bem como as rotinas e as características das organizações mediáticas, desempenham um papel determinante no agendamento, visibilização e configuração narrativa dos acontecimentos.

Uma vez que os meios de comunicação operam, de alguma forma, como um dispositivo que concentra a atenção do público num determinado tema ou assunto, é previsível que às alegações expostas na mídia sejam acrescentados novos dados ou novas revelações que acabam por aumentar a complexidade do próprio evento enquanto acontecimento mediático.

Assim, o escândalo político obedece a uma estrutura temporal e sequencial marcada pelos ritmos particulares dos meios de comunicação e das suas pautas específicas de seleção dos acontecimentos. Não obstante, existem outras instituições que podem desempenhar um importante papel na configuração de um escândalo, como é o caso das instituições políticas e/ou jurídicas que, muitas vezes, alteram os rumos da exposição e das interpretações dos eventos que estão na base da eclosão dos escândalos (CUNHA e SERRANO, 2014; PRIOR, 2012; THOMPSON, 2000).

Efetivamente, muitas vezes, os escândalos constituem-se como lutas ou jogos entre as organizações mediáticas e a esfera política. De um lado, os meios de comunicação procuram uma confissão e a derrubada de figuras públicas

proeminentes da cena política; do outro, os atores políticos envolvidos recorrem a estratégias de descredibilização das organizações midiáticas, ameaçando com processos de difamação ou recorrendo a estratégias que têm como objetivo forçar a mídia ao silêncio.

As denúncias podem, inclusive, servir como elementos visíveis de uma luta silenciosa que se estabelece entre os campos do jornalismo e da política na busca por credibilidade e poder na arena pública. Não somente as denúncias fazem parte do trabalho jornalístico como são valorizadas na prática profissional, uma vez que a promoção da desconfiança na política é uma forma de estabelecer dinamicamente a diferenciação entre os campos do jornalismo (supostamente digno de confiança) e da política (em geral, desacreditado ou alvo constante de suspeitas⁵).

Também não devemos esquecer a importância dos partidos políticos, cada vez mais competitivos, na eclosão e na própria compreensão de um determinado escândalo. As organizações políticas e os grupos de pressão podem utilizar o escândalo como arma política, procurando *descredibilizar* a imagem e a notoriedade pública dos seus adversários, influenciando na condução do debate público para as alegadas transgressões que deram origem ao acontecimento. Como, a propósito, constata Lowi:

Uma vez que a exposição pública é um elemento crucial do escândalo político, podemos afirmar, como se de um teorema se tratasse, que a sociedade terá poucos ou nenhuns escândalos se não houver meios institucionalizados de exposição. Deste modo, mesmo que existam condições culturais para a eclosão de um escândalo, condições que têm que ver com a transgressão de valores genuínos, o escândalo não acontece espontaneamente, mas requer a atenção e o incentivo necessários para ser revelado e obter atenção do público. Uma imprensa livre é essencial, mas uma imprensa livre necessita de informação privilegiada, de incentivo e capacidade institucional, capacidade que, na maior parte dos casos, é fornecida pelos partidos da oposição (Lowi, 1988, p. 10).

Lowi considera que na esfera pública hodierna os escândalos políticos adquiriram um importante “valor de uso” que acaba por determinar as próprias

⁵ Como afirma Bourdieu (2007), o ser político é vulnerável a suspeitas, calúnias e aos escândalos, sendo permanentemente colocado sob um tribunal de opinião, uma vez que depende da constante renovação da crença em sua capacidade de representar.

relações de poder. O autor fala num certo “mercado do escândalo” (Lowi, 2004, p. 71) que parece caracterizar a política contemporânea, uma mercado explorado quer pelos partidos políticos, quer pelo meios de comunicação. Assim, diz ele, após a institucionalização da *penny press*, a informação converteu-se num produto simbólico que se pode comprar e vender no mercado e o escândalo, pela sua extemporaneidade característica que facilmente desperta a adesão e a curiosidade do público, representa uma *commodity* que os meios de comunicação não podem deixar de explorar.

Todavia, se os benefícios financeiros podem estimular alguns meios de comunicação na procura de entretidas “estórias” que façam boas manchetes nos jornais, também é verdade que a compreensão do escândalo tendo em conta apenas os interesses econômicos das organizações mediáticas é uma explicação bastante redutora. De certa forma, os princípios deontológicos e a ética da profissão, bem como a tendência de um jornalismo - que se apresenta como *watchdog* - em observar atentamente o ambiente da política, denunciando os seus desvios perante a opinião pública, são outros fatores que ajudam a explicar a profusão de escândalos políticos.

Neste ponto, o jornalismo de investigação configura-se, desde o século XIX, como um tipo de jornalismo que atua por debaixo da superfície política, desvelando os chamados “poderes ocultos” e contribuindo para a visibilidade e transparência do poder político, seja por cumprimento de sua missão deontológica, e também ideológica de cunho liberal, seja por disputa de poder ou de interesses que satisfaçam as necessidades mercadológicas da produção jornalística e mediática (SCHUDSON, 1995; 2003; WAISBORD, 2000).

Para vários autores, um escândalo político implica, necessariamente, na violação dos procedimentos normativos que regulam o exercício do poder, procedimentos estes que definem o jogo político nas democracias liberais como sendo “aberto” e “acessível”. Segundo Markovits e Silverstein, dois dos principais teóricos que trabalharam o fenômeno, a característica principal do escândalo reside não na figura dos elementos envolvidos, mas na natureza da transgressão. Este tipo de escândalos surge da tensão entre a lógica do poder, “privada” e “secreta” e a lógica dos procedimentos normativos de natureza pública.

Markovits e Silverstein afirmam que a lógica do procedimento normativo tem uma sólida base institucional no Estado liberal democrático, daí que para os autores o escândalo político apenas se pode desenvolver nas democracias liberais, já que são estas que concedem extrema importância aos procedimentos normativos (MARKOVITS; SILVERSTEIN, 1988, pp. 6-7). Portanto, na base de uma cultura do escândalo político, estariam, para além das perspectivas morais que fundamentam uma possível reprovação generalizada a desvios e atos corruptos, a própria configuração da democracia liberal e o funcionamento do jornalismo, especialmente do jornalismo político contemporâneo, em sua busca pela espetacularização e pelo poder.

3. Questões metodológicas

Recorrendo ao conceito-método⁶ de enquadramento, analisaremos a cobertura jornalística da revista *Veja* (Brasil) nos momentos iniciais do escândalo do Mensalão, e a do *Semanário Sol* (Portugal) aquando do surgimento do escândalo Face Oculta. Como se vê, interessa a este trabalho a análise do período em que ambos os casos surgiram na cena pública, a fim de identificarmos os primeiros traços constitutivos dos escândalos.

Inspirado na sociologia de Goffman, Entman (1993) desenvolveu uma sistematização que permite entender com maior precisão as lógicas inerentes ao processo de enquadramento dos acontecimentos da vida social e política. É nela que ancoraremos nossa análise:

Enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem (ENTMAN, 1993:53).

⁶ Referimo-nos ao enquadramento como conceito-método porque ele funciona, ao mesmo tempo, como conceito e como método de análise, de que é exemplo este e outros trabalhos no campo das ciências sociais e humanas.

Dialogando com Tuchman (1978), que também dedicou esforços ao conceito de que ora nos ocupamos, acrescentamos que os enquadramentos funcionam como marcadores discursivos que dão uma linha orientadora às notícias. Explicamo-nos: ao enfatizar um determinado aspecto da realidade representada, e ao secundarizar ou omitir outros, o jornalista aponta caminhos interpretativos dos acontecimentos que serão ou não adotadas pelo público.

Partindo, portanto, das reflexões de Tuchman (1978) e Entman (1993, 2004), a análise a seguir visa identificar linhas de interpretação que direcionam as matérias jornalísticas. Observaremos, igualmente, o modo como as publicações se referem aos atores sociais envolvidos nos casos. Para isso, utilizaremos três categorias, conforme TABELA 1, abaixo:

TABELA 1
Categorias de análise

CATEGORIA	DESCRIÇÃO/MODO DE APLICAÇÃO
Ideia Organizadora	Expressa o lugar que a informação ocupa na estrutura do jornal. Os elementos mais importantes para nossa análise: a) as manchetes e b) os primeiros parágrafos, que podem indicar pistas sobre a lógica sob a qual a notícia foi organizada.
Atribuição de Responsabilidade e Julgamento Moral	Observa-se a) o conteúdo propriamente dito, em especial as palavras-chave, os verbos, adjetivos ou relações de causalidade e consequência entre frases, e b) as ênfases.
Indicação de “Solução”	Compreende os comentários dos jornalistas ou das fontes.

Fonte: Adaptado de Guazina (2011)⁷

⁷ Com base nas sugestões de Entman (1993), estas categorias foram construídas por Guazina (2011) e aplicadas em sua tese de doutoramento sobre a cobertura do Jornal Nacional, da TV Globo, do Escândalo do Mensalão no Brasil.

Caracterização dos *Corpora*

Para a análise do surgimento do Mensalão em *Veja*, o *corpus* é constituído por sete edições, publicadas no intervalo de 18 de maio de 2005 a 29 de junho de 2005. No que respeita à análise do *Semanário Sol* dos inícios do Face Oculta, analisaremos nove edições, no período de 6 de novembro de 2009 a 12 fevereiro de 2010.

Os *corpora* foram construídos com base num critério triplo: i) quanto ao aspecto temporal, situamo-nos nas primeiras semanas dos escândalos — quando esses ainda não estão totalmente configurados, de modo a perceber a evolução da cobertura e do próprio acontecimento; ii) seleção de edições em que houve um evidente destaque aos casos; iii) no interior dessas edições, seleção das matérias com claras referências a ambos. Como elemento específico de análise, daremos preferência às capas de *Veja* e às primeiras páginas do *Semanário Sol* e aos títulos, subtítulos e *leads* das matérias selecionadas.

O escândalo *Face Oculta*: o enquadramento jornalístico do *Semanário Sol*

O escândalo *Face Oculta* constituiu-se como um dos principais escândalos que abalou o governo socialista liderado por José Sócrates. Surgiu, inicialmente, como um processo jurídico sem as conotações políticas que o enquadramento jornalístico e o desdobramento do caso acabaram por lhe conferir. Segundo a tese da acusação do Ministério Público português, as alegações jurídicas incidam na existência de uma associação criminosa que obtinha benefícios em concursos públicos de adjudicação de obras através de uma rede de influências que envolvia altos cargos do Executivo.

A justiça deu como provada a existência de uma associação criminosa considerada de “rede tentacular” liderada por Manuel Godinho, um sucateiro de Ovar que obteve favorecimentos para a sua empresa, a O2, em concursos públicos de levantamento e limpeza de resíduos industriais. O caso ganhou proporções públicas nos meses de outubro e novembro de 2009, sendo que em março de 2011 o juiz de

instrução decidiu quais os arguidos que deveriam ir a julgamento: 34 pessoas e duas empresas, incluindo Armando Vara, ex-ministro do Partido Socialista e amigo pessoal do então primeiro-ministro, José Sócrates. O processo terminou em Setembro de 2014, com a condenação de todos os arguidos por crimes de corrupção, tráfico de influências e associação criminosa. Apesar dos acontecimentos assim descritos parecerem relativamente lineares, a verdade é que este escândalo se converteu numa narrativa política com “uma certa veia romancista”, como reconheceu o próprio Armando Vara⁸.

Desde a primeira edição sobre o escândalo no *Semanário Sol* que o então primeiro-ministro José Sócrates assume o papel de protagonista da intriga (especialmente com as revelações sobre escutas telefónicas entre Armando Vara e José Sócrates), e em algumas edições essa centralidade torna-se mais explícita. Na edição de 6/11/2009, o semanário posiciona José Sócrates como protagonista do escândalo com a manchete: “Sócrates escutado em conversas com Vara”. Ainda na primeira página, o jornal refere que das escutas efetuadas a Armando Vara, surgem conversas com José Sócrates onde “um dos assuntos tratados entre o primeiro-ministro e Vara foi o negócio da TVI”. A informação de que José Sócrates foi interceptado nas escutas a Armando Vara ganha destaque em relação ao que seria apenas um escândalo financeiro.

A notícia da página quatro da mesma edição refere que das conversas interceptadas “surgiram novos indícios” que se encontrariam a ser analisados por Pinto Monteiro, Procurador Geral da República (PGR), sendo deixado em aberto que tais indícios estariam relacionados com o negócio PT/TVI e com “tráfico de influências”. No corpo da notícia, é referido que “uma análise ao currículo dos arguidos permite concluir que o Face Oculta atingiu em cheio o PS e o círculo mais próximo de José Sócrates”, algo que é ilustrado com um enquadramento lúdico em forma de teia sob o título: “a teia de influências do Face Oculta” (p. 4) .

Neste ponto, assistimos à personalização do acontecimento através da metáfora da teia, um *frame* que permite identificar as personagens do escândalo como “transgressores”. Como o escândalo político tem, necessariamente, as suas

⁸ Declaração de Armando Vara à saída do Tribunal de Aveiro no dia 11 de Novembro de 2011.

dramatis personae, os indivíduos que estão no epicentro do escândalo, os envolvidos são colocados em relação tendo em conta o “papel” desempenhado na narrativa. Armando Vara, José Penedos, então presidente da REN (Redes Energéticas Nacionais), e Manuel Godinho são as personagens do fio condutor da notícia, mas sempre como elementos pertencentes ao círculo de Sócrates. É a metáfora da teia que ajuda a contextualizar a ação das personagens. Na imagem, é possível ver como as personagens realizam determinadas funções, uma vez que a linguagem visual oferece ao leitor a capacidade de atribuir significados através da intuição ou contextualização.

As figuras da imagem, que a semiologia denomina de actantes, participam no processo narrativo através de uma hierarquia construída pelo jornalista. É mediante esta hierarquia que as suas funções na trama são descritas. Trata-se de uma espécie de enquadramento de compreensão (*framework of understanding*) que orienta não apenas a interpretação da ação dos actantes por parte do leitor, mas também a realização das ações dos actantes na narrativa do escândalo. Apesar de José Sócrates não estar indiciado de quaisquer crimes, é identificado como se fosse o “actante dominante” no processo de relacionamento que se estabelece entre todos os actantes. Já na peça seguinte onde se referem “as provas contra Vara e Penedos”, o tom condenatório é evidente: “Vara apresentou gestores e Penedos favoreceu Godinho” (p. 6).

Porém, é a partir da edição de 13/11/2009 que o acontecimento se desdobra. Com o destaque, na manchete, que “Sócrates mentiu ao Parlamento sobre a TVI”, o escândalo adquire uma configuração assente, sobretudo, nas chamadas “transgressões de segunda ordem”. Cruzando o teor das escutas telefônicas filtradas pelo *Sol* com declarações públicas de Sócrates de 24/6/2009 – recurso ao *flashback* –, o jornal conclui que “José Sócrates mentiu ao Parlamento sobre a TVI”.

A narrativa mediática passou a ser tecida sobre o prisma da mentira parlamentar. Com efeito, um dos episódios mais mediáticos do Face Oculta refere-se à suposta mentira parlamentar do então chefe do Governo. No dia 24 de Junho, José Sócrates, ao ser confrontado no debate quinzenal no Parlamento com o negócio PT/TVI, declarou que “o Governo não dá orientações, nem recebeu qualquer tipo de

informação sobre negócios que tenham em conta as perspectivas estratégicas da PT”. Questionado pelos partidos da oposição, que demonstraram a sua preocupação face à possível intromissão do Estado na linha editorial da estação televisiva, José Sócrates reiterou que nem ele nem o Estado foram informados sobre o interesse da PT na TVI.

Na sequência destas novas revelações, a edição de 13 de Novembro recorre ao enquadramento temporal e cronológico para legitimar a sua fala e produzir efeitos nos leitores, reconstruindo os momentos mais significativos da história (p. 5). É a experiência do tempo, o *frame* temporal, que ordena os antecedentes, recria o passado e permite a *significação* tendo, naturalmente, em conta o *interesse comunicativo* da notícia. O *frame* temporal permite, de certa forma, comprovar a manchete: “Sócrates mentiu no Parlamento”.

Tal como seria esperado, o momento da denúncia do escândalo teve mais cobertura informativa que o posterior desenvolvimento do caso, tanto que as manchetes de 11/12/2009 e 18/12/2009 não contêm referências ao *Face Oculta*.

Quanto às quatro edições do mês de Janeiro, apenas a edição de 8/01/2010 aborda o caso das escutas, mas sem revelar novas denúncias sobre o escândalo. O clímax dos escândalos é sempre acompanhado de mais matérias sobre o acontecimento e, caso não surjam novas denúncias, o escândalo vai perdendo visibilidade e intensidade mediática. Porém, é possível concluir que no momento da “revelação” ou “divulgação” do escândalo prevaleceu o tom de denúncia ou acusação, sendo que o jornal concentrou a sua cobertura nas “transgressões de segunda ordem”, sobretudo no caso da mentira parlamentar do primeiro-ministro.

Não obstante, foi durante o mês de Fevereiro que o caso ganhou novos contornos com a divulgação do conteúdo das escutas entre Armando Vara e José Sócrates. Mais denúncias são acrescentadas ao acontecimento e o escândalo financeiro converte-se, definitivamente, num escândalo político que haveria de conduzir à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É o período que podemos denominar de “crise política”. O desdobramento do caso levou à revelação de novas denúncias, desveladas mediante um trabalho de investigação jornalística e o recurso a fontes oficiais, como o despacho dos investigadores do *Face Oculta* onde

estes defenderam a abertura de um inquérito por terem descoberto indícios relacionados com “transgressões de segunda ordem”.

O enquadramento das novas denúncias nas edições de 5/02/2010 e de 12/02/2010 passa pelo recurso às fontes e pelo papel que o campo do jornalismo lhes confere. A manchete intitulada “As escutas proibidas” revela um extrato do despacho do juiz que acrescenta novas filtrações ao escândalo. No interior do jornal, o despacho do procurador é revelado na íntegra. A edição de 5/02/2010 fala do “plano de Sócrates para controlar a TVI e outros *media*” (p. 4), referindo, em seguida, que este plano ou “esquema” configuraria crime de atentado contra o Estado de Direito, já que o governo estaria a subverter o Estado Constitucional e a colocar em causa a Liberdade de Imprensa.

Através de extratos de escutas filtradas, e através de fontes oficiais, o jornal configura os acontecimentos numa nova narrativa, mais complexa, com novos episódios, novos momentos dramáticos e novas personagens. Neste ponto da cobertura, evidencia-se uma relação recíproca entre a narratividade e a temporalidade dos acontecimentos. Esta experiência do tempo da intriga que, de certa forma, representa a ação, torna-a presente na mente do público, e é reforçada, por exemplo, pelas seguintes expressões temporais: “no dia seguinte”, “daí a dois dias”, “estava-se a 19 de Junho”, “nesse mesmo dia”, ou “aos primeiros minutos do dia 24” (p. 7-8). A experiência do tempo permite que a narrativa adquira uma certa unidade, nomeadamente porque possibilita organizar episódios complexos numa sequência que dá forma à significação do acontecimento. Podemos dizer que da sequência de fragmentos singulares resulta uma conexão interna entre os diversos extratos que é essencial para a reconfiguração mediática do acontecimento. E, ao ser narrado, o acontecimento é representado para ser posteriormente apreendido pelo leitor.

Por outro lado, em alguns momentos é visível que a organização da intriga acontece através da identificação e descrição das personagens envolvidas. Porém, é igualmente visível que a descrição procura pôr em evidência a relação existente entre as várias personagens, isto é, cada personagem é descrita tendo em conta as relações que estabelece ou estabeleceu com as outras personagens do escândalo.

E, naturalmente, esta construção tem consequências na reconfiguração que o próprio leitor fará dos acontecimentos. Rui Pedro Soares⁹, por exemplo, é caracterizado como um *boy* “socrático”¹⁰, como alguém que teve uma subida “meteórica” devido à confiança de José Sócrates. Posteriormente, é notório o recurso ao *flashback* para explicar a “surpreendente” entrada de Rui Pedro Soares¹¹ na PT. Ao longo do texto, é explicado como este “socrático” entrou no *inner circle* do PS e como, posteriormente, se impõe na empresa de telecomunicações apesar de sua “falta de *curriculum*”. No final do texto, é referido mais um pormenor interessante de construção jornalística. Rui Pedro Soares é identificado como sendo o responsável pelo apoio da PT ao clube de futebol Boavista, “clube condenado por corrupção desportiva pela Liga de Clubes”, estabelecendo-se um nexos causal que não existe, mas que visa ter determinadas conotações (5/02/2010, p. 9).

Mediante o recurso a fotografias, o rosto dos envolvidos é colocado não só em destaque (p. 7), mas, também, em relação, algo que permite que o leitor assimile as personagens e lhes atribua, na sua relação com os acontecimentos narrados, um determinado carácter, consciente ou inconscientemente. O *frame* visual é acompanhado pela legenda: “os pivôs do esquema”.

Através da personalização do enredo, os atores tornam-se visíveis para o leitor. Como, no caso específico do escândalo mediático, nos referimos a acontecimentos que, ao deixarem de estar confinados à esfera do segredo se difundem no âmbito público, acontecimentos que envolvem a transgressão de determinados preceitos, os protagonistas são rapidamente identificados como “transgressores”, como os “pivôs de um esquema” que visava subverter princípios basilares do Estado de Direito.

Na edição de 12/02/2011, a centralidade de José Sócrates torna-se ainda mais explícita. A manchete metafórica “o polvo” pretende significar que Sócrates e o os

⁹ Nomeado pelo executivo de José Sócrates para o cargo de administrador na PT, Rui Pedro Soares era o homem de confiança do governo socialista na empresa de telecomunicações.

¹⁰ A narrativa dos *boys* já tinha sido abordada na edição de 20/11/2009. No editorial, José António Saraiva escreve sobre “Os boys de Guterres” e estabelece uma relação causal entre o Face Oculta e o “deslumbramento” dos *boys* Armada Vara e José Sócrates que, oriundos da província, se mudaram para a “grande cidade” e se deixaram corromper pelo poder.

seus *boys* envolvidos no “esquema” agiram de forma similar ao polvo, construindo uma “rede de tentacular” que visava o controlo dos meios de comunicação. Trata-se de um enquadramento lúdico que desperta efeitos poéticos, que ornamenta a “realidade seletiva” e ajuda a despertar efeitos de sentido. Por outro lado, é visível uma certa intertextualidade entre a metáfora do polvo e a metáfora da “rede tentacular” da edição de 6/11/2009, sendo que, uma vez mais, Sócrates surge como aquilo que designámos anteriormente por actante ou elemento dominante da narrativa do escândalo.

O Mensalão: Análise da cobertura de *Veja*

Além das categorias de análise definidas na metodologia, esta análise adotará como fio condutor indicações mais sutis de mudanças de linguagem e as significativas formas de nomear os principais atores das matérias e os acontecimentos narrados.

Em termos de estrutura, as matérias publicadas em *Veja* seguem um padrão de editorialização do conteúdo informativo muito conhecido dos leitores brasileiros. Em geral, logo no início (no título, no destaque ou na abertura da matéria) a revista deixa claro seu posicionamento frente aos acontecimentos. Além disso, costuma permear as narrativas com adjetivos, muitas vezes hiperbólicos; com frases que tentam vincular determinadas causas a consequências específicas, e com citações que corroboram (ou pretendem corroborar) o raciocínio lógico-especulativo defendido pelos autores. Importante registrar que a revista também costuma dedicar algum espaço ao histórico anterior de personagens ou acontecimentos, a fim de retomar os novos fatos dentro da organização lógico-temporal própria de suas narrativas.

Por outro lado, também utiliza, por vezes, fontes não identificadas para referendar as informações, assim como, ao contrário, costuma identificar explicitamente quem seriam os “culpados” ou “responsáveis” e indicar as possíveis soluções para os problemas da corrupção no país, do governo ou mesmo para os

principais problemas do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva¹². Interessante também observar que, de modo geral, os autores das matérias também explicitam sua aprovação ou desaprovação em relação às ações dos principais personagens e/ou acontecimentos.

As matérias de *Veja* também se caracterizam, de modo geral, pela utilização do conflito como categoria estruturante das narrativas quando posiciona personagens uns contra os outros, projetando sequências lógico-temporais e concatenando enredos mais ou menos completos ao longo das edições (MOTTA E GUAZINA, 2010). Como afirmam os autores, o conflito não é uma categoria inerente do jornalismo, pois advém do campo da política, porém, funciona como um enquadramento cognitivo que estrutura acontecimentos, muitas vezes isolados, em histórias compreensíveis (p. 137). Neste caso, aliás, há de se considerar o papel que as matérias identificadas como "guias" (intitulada "Perus e cafunés", na edição 1907 do dia 01/06/2005) ou "dicionários" (intitulada "Dicionário da Crise", na edição 1911, de 27/06/2005) desempenham ao auxiliarem na organização interpretativa dos conteúdos noticiosos, reafirmando e/ou esclarecendo os parâmetros de compreensão preferencial oferecidos pela revista sobre os acontecimentos.

Ao se observar o conjunto das matérias, é possível traçar, em linhas gerais, o roteiro de cobertura de *Veja* no período selecionado. Na primeira edição analisada, ainda em maio, apenas uma matéria se dedica à denúncia de corrupção nos Correios, quando o então funcionário Maurício Marinho é flagrado em gravação de vídeo ao receber R\$ 3 mil reais de propina de empresários. Na gravação, ele discorre sobre sua relação com o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e com então presidente do partido, deputado federal Roberto Jefferson (que, mais tarde, denunciará o chamado "mensalão").

Sob o título "O homem-chave do PTB", a matéria anuncia, em destaque sobre a foto, antes do parágrafo de abertura, que "o caso que se vai ler e ver (e ouvir em www.veja.com.br) é um microcosmo da corrupção no Brasil". A matéria segue

¹² Estes procedimentos, não custa lembrar, não encontram guarida na literatura acadêmica sobre as práticas jornalísticas, inclusive do ponto de vista dos padrões liberais da profissão. No processo de apuração e redação das notícias, a transparência no uso das fontes e o compromisso com a comprovação dos fatos é essencial. Cf. Kovach e Rosenstiel (2003).

destacando uma cena que seria recorrente na política nacional de "políticos disputando, com unhas e dentes, a ocupação de cargos em todos os níveis de governo, da Esplanada dos Ministérios às Câmaras Municipais. (...)". Ao longo do texto, é feita uma espécie de mapa discursivo dos cargos do PTB no governo e se descreve o histórico de casos de corrupção no partido.

É possível identificar, em trechos explícitos, a quem se atribui a origem da corrupção no governo Lula ou de quem é a culpa (os 25 mil cargos de confiança no governo, todos controlados pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República, o então ministro José Dirceu), o julgamento moral da revista sobre o fato – que considera a corrupção como fenômeno geral nos governos, não casos isolados (como no trecho da p. 57: "quem tem intimidade com o poder sabe que esses casos não são exceção - alguns bolsões de corrupção são até mesmo a regra. Raro mesmo é flagrar um deles em pleno vôo. Foi o que *Veja* conseguiu na semana passada.") e a indicação de solução do problema da corrupção, como na p. 60: "a forma mais eficaz de evitar que esse festival de irregularidades prossiga é reduzir o número de 25 mil cargos de preenchimento político – todos eles, um a um, controlados pelo Chefe da Casa Civil, o ministro José Dirceu".

Já a edição seguinte (1906, de 25/05/2005) dedica a capa e quatro matérias diferentes ao tema da corrupção. Na primeira matéria (intitulada "Diga-me com quem andas..."), a ênfase recai sobre a repercussão da denúncia sobre corrupção nos Correios e a organização, por parte de Roberto Jefferson, de uma rede de corrupção que teria deixado o Palácio do Planalto (sede da Presidência da República) "atônito". Ao longo da matéria, pode-se observar a atribuição de responsabilidade pela corrupção ao governo Lula (que, "como os anteriores, tem sua parcela de culpa pela situação atual"- p. 39), que não realizou as reformas administrativa e política.

Já a segunda matéria, intitulada "Mesada de 400 mil reais para o PTB", destaca que o governo tomou as providências necessárias depois da denúncia de corrupção nos Correios, mas enfatiza também que "tais providências, por mais eficazes que venham a se revelar, são tímidas para a dimensão do caso e, portanto, incapazes de atingir o cerne do problema"(p. 40). Para a revista, o "esquema" de corrupção do PTB estaria instalado não somente nos Correios, mas também nos

demais órgãos da máquina pública, e o responsável pelo "esquema" seria o deputado Roberto Jefferson. Neste caso, é interessante observar o deslocamento do foco da denúncia e da culpabilização dos atores: passa de um caso nos Correios para um "esquema" que atinge todo o governo Lula. E se o próprio governo é culpado, também o então deputado Jefferson é considerado "o grande protagonista do vídeo de corrupção dos Correios" (p. 41) e o responsável pelo "esquema" em outros órgãos públicos.

A edição seguinte (1907), de 01/06/2005, dedica a capa ao "Homem-Bomba" Roberto Jefferson e destaca na matéria principal "O que será que ele sabe?" o papel de Jefferson nas denúncias de corrupção, além do desenrolar das relações entre seu partido e o governo Lula. Ao longo do texto, que utiliza fonte não explicitamente identificada, mas que se depreende poderia ser o próprio Jefferson, descreve-se os pedidos de integrantes do governo a Jefferson para impedir a CPI e as possíveis causas da aliança PTB-governo, além dos diferentes posicionamentos frente à CPI dentro do próprio PT, partido do governo.

Outras três matérias, com diferentes focos de interesse relacionados à corrupção fazem parte da edição, mas destacaremos aqui o texto "Perus e cafunés", que é identificado como guia para interpretação/tradução das falas dos políticos envolvidos nas acusações (ou "um guia para decifrar a crise" - p.60). Logo na abertura há uma identificação entre Brasília, a capital do Brasil, e a prática das elites políticas, além do uso do recurso da comparação com um tipo de cinema e língua supostamente de difícil acesso: "Brasília parece filme iraniano. Sem legendas, fica difícil entender o que os políticos dizem" (p. 60). Interessante observar, na sequência deste exemplo, a definição de política presente no texto que enfatiza o carácter negativo do campo: "Até porque a política, em larga medida, é a arte de usar palavras para esconder intenções"(p. 60).

Já a edição 1908, de 08/06/2005¹³, dedica atenção especial novamente ao tema da corrupção, mas enfatiza outro caso relacionado à atuação de políticos do PT

¹³ Esta edição é posterior à entrevista de Roberto Jefferson ao jornal Folha de S. Paulo em que denuncia, pela primeira vez, a existência do que chamou de "mensalão". No entanto, é somente na edição seguinte, de 15/06/2005, que o mensalão se tornará foco das matérias de *Veja*.

e agentes públicos na exploração econômica na Amazônia (a capa destaca: "Amazônia à venda"). Nesta edição, que traz cinco diferentes matérias sobre o tema, destacaremos o texto intitulado "Lutar contra a corrupção já é uma vitória". Aqui, novamente a revista reforça a ideia, presente em outros textos e enfatizada no parágrafo de abertura, de que a corrupção "não pode ser vencida", mas que sua luta em criar "uma disposição moral, cultural e econômica" seria equivalente a "dar um enorme salto civilizatório" (p. 118). O argumento presente é de que mesmo que não se possa erradicar a corrupção, é possível combatê-la (como a Polícia Federal estaria a fazer).

Na edição 1909, de 15/06/2005, utiliza-se, pela primeira vez, o termo "mensalão", ainda que sem destaque, e o foco das matérias passa a ser o Partido dos Trabalhadores – PT. Seis matérias compõem a edição e, mais uma vez, os textos reforçam a ideia geral de que casos de corrupção são frequentes e tomaram conta de diferentes áreas de governo, não somente em âmbito federal, mas também estadual e municipal (como nas denúncias em relação a Marta Suplicy em sua gestão na prefeitura de São Paulo). O mais importante para nossa análise é que, nesta edição, há um deslocamento das atribuições de responsabilidade (culpabilização) e das causas da corrupção. Se antes tratava-se de uma denúncia em relação a corrupção nos Correios, passou-se para "esquemas" de corrupção que envolvia a entrega de cargos em órgãos públicos pelo governo a integrantes de partidos da base do próprio governo; com a consequente cobrança de propina por parte dos membros destes partidos em contratos de órgão públicos para financiamentos dos gastos partidários.

Após a denúncia de Roberto Jefferson ao jornal Folha de S. Paulo, a revista orienta o foco para o desencadeamento da ação de novos atores e de novos fatos. A capa da edição 1909 é uma foto de Delúbio Soares (então tesoureiro do PT) e a manchete: "Quem mais?". Na principal reportagem ("O PT assombra o Planalto"), há uma cobrança direta em relação ao PT e seu histórico de defesa da ética na política brasileira: "Alvejado pela acusação de comprar deputados com mesada de 30 000 reais, o PT vê desmoronar seu discurso ético e enfrenta uma crise que, no seu desdobramento mais dramático, pode afundar o governo junto" (p. 53).

Para a revista, o principal responsável pela corrupção do mensalão é o PT e, para corroborar a conclusão, utiliza-se citação do próprio presidente Lula: "(...) Lula acusou o governo o PT de estar acabando com o governo e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas" (p. 58). Lula passa, então, a ser a figura ao mesmo tempo acusada (a ex-senadora Heloisa Helena, do PT, o culpa pelo escândalo na matéria), e defendida (ele declara que vai cortar na própria carne). Também é a primeira vez que se menciona a possibilidade de *impeachment* do presidente no período analisado.

Em seu conjunto, as edições seguintes 1910 (de 22/06/2005) e 1911 (de 29/06/2005) aprofundam a atribuição de responsabilidade pelo "mensalão" ao PT e, principalmente da reportagem principal é direto em atribuir a responsabilidade ao agora ex-Chefe da Casa Civil: " (...) José Dirceu assumiu seu posto como uma glória do governo, mas saiu de lá como sua tragédia" (p. 49). Na última edição analisada, de 29/06/2005, a principal matéria ("Muito barulho por nada"), por sua vez, dialoga diretamente com as principais estratégias de defesa do próprio partido e do governo durante o desenrolar dos acontecimentos até ali ao destacar os seus contra-argumentos ao partido e a Dirceu: "Não há complô das elites, não há movimentos sociais que incendiam o Brasil. Não há também José Dirceu o revolucionário, mas um fantasma de uma ideia que morreu".

Considerações Finais

Hallin e Mancini (2004) defendem que a comparação é um das melhores caminhos para compreendermos o desempenho da mídia no espaço público comunicacional de nossas sociedades. Apesar de nos depararmos com as dificuldades corriqueiras de uma investigação que analisa fenômenos ocorridos, por vezes, em contextos políticos e sociais tão diferenciados, o desafio preliminar está em identificarmos se existem pontos de convergência entre eles para, a partir daí, podermos avançar. Nesse sentido, este trabalho realizou uma análise do enquadramento de dois casos de corrupção de grande repercussão nas imprensas

brasileira e portuguesa, que envolveram nomes proeminentes dos sistemas políticos dos dois países — os casos *Face Oculta* e *Mensalão*.

Como já dissemos, ambos os casos emergiram, na cena pública, como episódios isolados e, no espaço de algumas semanas, adquiriram todos os ingredientes que Thompson (2000) aponta como constituidores de um escândalo político-mediático, aos quais aludimos em nossa reflexão teórica. O objetivo aqui não foi, portanto, analisar o escândalo já constituído, mas as *cenas* que estiveram na base da sua constituição. Para isso, demos ênfase ao papel desempenhado pela mídia, que, em nosso entendimento, figura como ator político importante no centro gravitacional do poder. Essa concepção, todavia, é frequentemente negada pelos próprios jornalistas, ainda estrategicamente amparados em princípios fundadores do jornalismo liberal, por meio dos quais reivindicam a autorização pública para participar da vida social e política como vozes autorizadas na mediação dos acontecimentos¹⁴.

A identificação dos enquadramentos mediáticos construídos no período inicial do *Mensalão* e do *Face Oculta* pela revista *Veja* e pelo *Semanário Sol*, respectivamente, permitiu-nos fazer constatações bastante estimulantes, que consubstanciamos neste espaço. A análise do enquadramento operado pelo semanário português nos deixou antever que de escândalo com características estritamente financeiras, de acordo com a tipologia de Thompson (*idem*), o *Face Oculta* ganhou forma de escândalo político, a partir do qual surgiram inúmeros sub-escândalos: tentativa de compra da estação de televisão TVI ou a mentira do então primeiro-ministro, José Sócrates, no Parlamento. Essa constatação é emblemática de algo muito comum a certos eventos escandalosos na arena mediática: o escândalo principal dá margem ao surgimento de eventos adjacentes, que se apresentam como ramificações daquele e que, como é o caso do *Face Oculta*, podem alterar a sua tipificação inicial.

A narrativa do escândalo político é, nesse sentido, de grande complexidade: durante períodos mais ou menos longos, permanece em contínua alteração, justamente porque se vê confrontada com outras narrativas, que a adensam e, por

¹⁴ Sobre a noção de credibilidade na constituição do *ethos* jornalístico em face do *ethos* político, vide Guazina (2011).

vezes, desvirtuam a atenção do público dos episódios iniciais. É precisamente o que ocorreu no caso: as investigações responsáveis pela identificação das práticas ilícitas desembocaram no desvelamento de “transgressões de segunda ordem”, as quais passaram a ocupar lugar de destaque na narrativa mediática, mantendo com os primeiros acontecimentos uma relação bastante superficial.

De igual modo, o escândalo do *Mensalão* nasceu de uma denúncia isolada, publicada pela própria revista *Veja*, envolvendo um esquema de recebimento de propina por parte de um funcionário da empresa *Correios & Telégrafos*. O que era episódio insular deu vazão ao tratamento da corrupção como problema nacional. O tema passa a ocupar lugar de destaque em sucessivas edições, que insistem na generalização do fenômeno por toda a estrutura político-institucional brasileira.

Também o que dizia respeito a um agente público, que aparece em vídeo recebendo dinheiro para facilitar trâmites com empresas que prestariam serviço aos *Correios*, passa a ser atribuído ao governo, ao Partido dos Trabalhadores e ao então Chefe da Casa Civil José Dirceu, que protagonizariam, segundo a narrativa de *Veja*, um esquema de compra e venda de apoio político no Congresso Nacional, com dinheiro público, para a construção da base aliada do governo. Essa reviravolta nos episódios e nas atribuições de responsabilidade ocorre a partir da edição de 15 de junho, quando se menciona, pela primeira vez, o termo “mensalão”, cunhado pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson, que havia concedido entrevista, dias antes, à *Folha de S. Paulo*, na qual detalhava o funcionamento das supostas práticas criminosas.

Em ambos os escândalos, é interessante observar que o foco é colocado em figuras-chaves dos governos brasileiro e português, como José Dirceu e José Sócrates. Todavia, se o *Seminário Sol* atribui responsabilidade a Sócrates logo no início da cobertura, Dirceu é responsabilizado por *Veja* apenas no momento final do período analisado, quando os vários sub-escândalos já haviam emergido e o



escândalo principal estava, portanto, totalmente configurado em termos espaço-temporais¹⁵.

Referências

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CUNHA, I. F.; SERRANO, E., **Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas midiáticos, enquadramentos legais**, Lisboa, Alêtheia Editores, 2014.

DIJK, T. v. (2005), *Notícia, Ideologia e Poder. Estudos da Análise Crítica do Discurso*, Porto: Campo das Letras.

ENTMAN, R. (1993), "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm", **Journal of Communication**, 4: 51-58.

ENTMAN, R. **Projections of Power**, Chicago: Chicago University Press, 2004.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**, Boston: Northeastern University Press, 1986.

GUAZINA, L. S. **Jornalismo em busca de credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**, Tese de doutoramento, Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

HALLIN, D.; MANCINI, P. **Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics**, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2004.

KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Geração Editorial, São Paulo, 2003.

LOWI, T. J. «Prefácio», in MARKOVITS, A. S.; SILVERSTEIN, M. (org), **The Politics of Scandal: Power and Process in Liberal Democracies**, New York: Holmes & Meier Publishers, 1988.

MARKOVITS, A. S.; SILVERSTEIN, M., "Introduction: Power and Process in Liberal Democracies", in MARKOVITS, A. S.; SILVERSTEIN, M. (org), **The Politics of Scandal: Power and Process in Liberal Democracies**, New York: Holmes & Meier Publishers, 1988.

MOTTA, L. G. e GUAZINA, L. "O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional". *Brazilian Journalism Research*, vol. 6, n. 1, edição online <http://www.sbpjor.org.br/ojs/>, 2010.

¹⁵ As categorias "espaço" e "tempo" são essenciais na construção da narrativa do escândalo político, porque permitem situar o leitor no tempo dos acontecimentos e ajudam o jornalista/narrador a organizar o tempo enunciativo e, por conseguinte, o próprio discurso jornalístico.



PRIOR, H. **Esfera Pública e Escândalo: o secreto no âmbito público**, Tese de Doutorado, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2012.

SCHUDSON, Michael. **The Sociology of News**. Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2003.

SCHUDSON, Michael. **The Power of News**. Cambridge, Harvard University Press, 1995.

TUCHMAN, G. **Making News: a study in the construction of reality**, New York: The Free Press, 1998.

TUCHMAN, G. "As notícias como realidade construída". In ESTEVES, J.P. **Comunicação e Sociedade**, Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

THOMPSON, J. B. **Political Scandal, power and visibility in the media age**, Cambridge: Polity Press, 2000.

WAISBORD, S. **Watchdog Journalism in South America - news, accountability and democracy**. New York, Columbia University Press, 2000.